



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP

2

VI Reunião da Assembleia Parlamentar
da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Brasília, 4 a 7 de abril de 2016
RELATÓRIO

No âmbito das atividades da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), decorreu em Brasília, Brasil, de 4 a 7 de abril de 2016, a VI Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP, sob o lema “Paz e Desenvolvimento na CPLP”.

A Delegação da Assembleia da República à VI Assembleia Parlamentar da CPLP foi chefiada pelo Vice-Presidente da Assembleia da República, Jorge Lação (PS), em representação do Presidente da Assembleia da República, sendo igualmente integrada pelos membros efetivos da Delegação Permanente da AR à AP-CPLP, Deputados Marco António Costa (PSD), Presidente da Delegação Permanente, Porfírio Silva (PS), Vice-Presidente da Delegação Permanente, Carlos Páscoa Gonçalves (PSD), Ângela Guerra (PSD), Elza Pais (PS) e Luis Moreira Testa (PS), tendo sido assessorada pela Diretora do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo, Rita Pinto Ferreira e pelo Assessor Parlamentar, Rodrigo Knopfli.

A VI AP-CPLP contou ainda com a participação das delegações da Assembleia Nacional de Angola, chefiada pelo Presidente da Assembleia Nacional de Angola e Presidente cessante da Assembleia Parlamentar da CPLP, Deputado Fernando Piedade Dias dos Santos, da Câmara dos Deputados do Brasil (parlamento anfitrião), presidida pelo Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, presidida pelo Deputado Cipriano Cassamá, Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, do Senado da Guiné-Equatorial, presidida pela Senadora Pilar Djombe Djangani, Presidente do Grupo Nacional da Guiné-Equatorial à AP-CPLP (presente pela primeira como membro de pleno direito numa reunião plenária da AP-CPLP), da Assembleia República de Moçambique, presidida pela Deputada Margarida Talapa, Presidente do Grupo Nacional de Moçambique à AP-CPLP, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, presidida pelo Deputado José da Graça Diogo, Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, e do Parlamento Nacional de Timor-Leste, presidida pelo Deputado Vicente da Silva Guterres, Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste. Foi registada a ausência justificada da Assembleia Nacional de Cabo-Verde.

No decorrer dos dias de trabalho foi cumprido o programa da reunião (anexo).

A anteceder as Sessões Plenárias da VI AP-CPLP, tiveram lugar as reuniões das Comissões Especializadas, dos Presidentes dos Grupos Nacionais, da Rede das Mulheres Parlamentares e da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos.

A VI Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP contou ainda com a presença dos Embaixadores dos Países da CPLP acreditados no Brasil, em momentos específicos.

As três Comissões de Trabalho da AP-CPLP: 1ª – Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação, a que pertencem os Deputados Marco António Costa (PSD) e Porfírio Silva (PS), Presidente e Vice-Presidente da Delegação da Assembleia da República à AP-CPLP, respetivamente;



12

2ª – Economia, Ambiente e Cooperação, que integra os Deputados Ângela Guerra (PSD) e Luís Moreira Testa (PS); 3ª – Língua, Educação, Ciência e Cultura, que inclui os Deputados Carlos Pascoa Gonçalves (PSD) (Presidente da Comissão) e Elza Pais (PS), cujas atas se anexam, reuniram na manhã do dia 5 de abril.

Comissão 1 – Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação

O Presidente da Delegação da Assembleia da República à AP-CPLP, o Deputado Marco António Costa, em sede da Comissão 1 da AP-CPLP, agradeceu todo o trabalho realizado pela Presidência Angolana da AP-CPLP e suscitou três notas, reiterando uma apreciação já feita pelo Deputado Miguel Coelho durante a Reunião Preparatória da VI AP-CPLP que decorreu em Luanda, em Abril de 2015:

- i) O Secretariado Executivo da CPLP manifestou dificuldades financeiras para a criação de um corpo comum de Observadores Eleitorais da CPLP, para as eventuais eleições nos países da CPLP. Referiu que as Missões de Observação Eleitoral revestem-se de grande importância pela participação no ato em si e pelos dividendos que todos os observadores podem retirar ao nível da aprendizagem. O Deputado Marco António Costa perguntou à Presidência da Mesa da Comissão 1, Assembleia Nacional de Angola, se tinha conhecimento do valor necessário à criação do corpo comum de observadores eleitorais da CPLP;
- ii) No que concerne à página web da AP-CPLP, relevou a importância da mesma indicando que é um acervo comum a todos os Parlamentos da comunidade que carece da contribuição de todos no sentido de carrear e transportar as informações que se considerem relevantes para dar dinâmica ao *site*. Esta ferramenta encontra-se numa fase estática, não alcançando assim o seu objetivo que é o da partilha de informação a todos os membros da AP-CPLP e outras entidades que nela vejam interesse.
- iii) Sendo que estamos numa fase de apreciação, há ajustamentos que têm de ser discutidos que serão efetuados ao nível da sessão plenária.

A Deputada Joana Lina Ramos, Assembleia Nacional de Angola, indicou que, em relação ao ponto sobre as missões de observação eleitoral, realizaram-se eleições em Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Portugal foi sujeito ao escrutínio popular no final de 2015, mas não se formou uma Missão de Observação Eleitoral. A Presidência da AP-CPLP recebeu uma comunicação do Secretariado Executivo da CPLP (SE CPLP) para convidar a estar presente nas eleições que tiveram lugar em Moçambique e São Tomé e Príncipe, comunicando formalmente as datas das eleições e seguindo por essa via o convite aos Parlamentos. Os Parlamentos da CPLP foram



informados pelos canais habituais das datas e das condições de participação. Relativamente às eleições em Cabo Verde e Portugal, a Presidência da AP-CPLP não recebeu qualquer comunicação pelo SE CPLP para enviar uma missão de observação eleitoral.

Referiu as diligências junto do Secretariado Executivo da CPLP (SE CPLP) no sentido de se criar um corpo comum de observadores da CPLP, entre a AP-CPLP e o SE CPLP, uma vez que o próprio Secretariado Executivo afirma não ter condições financeiras para suportar este tipo de missão de observação eleitoral. Indicou ainda que o próprio Presidente da AP-CPLP recebeu uma mensagem do Secretário Executivo da CPLP informando ser-lhe impossível deslocar-se a Brasília por falta de meios financeiros.

No que toca à página web da AP-CPLP a Deputada Joana Lina Ramos reconheceu o trabalho feito pela Assembleia da República de Portugal e indicou ser necessário que todos os Parlamentos da CPLP contribuam para a visibilidade do sítio da internet da AP-CPLP.

Sugeriu ainda a elaboração de uma recomendação por forma a que o sítio seja alimentado com conteúdos úteis para a toda a comunidade dos Parlamentos da CPLP.

Relativamente à questão da terminologia aplicada ao Secretário Permanente da AP-CPLP (SP AP-CPLP), a mesma foi utilizada de forma a não ser confundida com a do Secretário Executivo da CPLP. No que toca à definição das atividades e às funções, seria uma pessoa que iria manter o funcionamento da AP-CPLP, estabelecendo os contatos com a Presidência da AP-CPLP e os Parlamentos da AP-CPLP, fazendo fluir a informação entre todos os intervenientes da AP-CPLP.

Pretende-se escolher uma pessoa que tenha “sensibilidade política”, de forma a abranger antigos Deputados e funcionários parlamentares, através de concurso aberto aos países membros da CPLP, para candidatos com experiência parlamentar

O SP da AP-CPLP será escolhido mediante abertura de concurso no seio da comunidade dos parlamentos da CPLP, cabendo a escolha ulterior a um ou dois Parlamentos da CPLP que mediará(m) o processo de seleção.

Referiu ainda considerar ser proveitosa a realização de encontros anuais para poder discutir os assuntos de interesse comum e preparar, com melhor detalhe, a reunião dos presidentes de parlamento da CPLP. Deu nota da dificuldade que existe em encontrar disponibilidade de todos os parlamentos relativamente a uma data para os referidos encontros.

Assim, na sequência do debate em sede da Comissão 1 da AP-CPLP, e com o contributo da delegação da Assembleia da República, foram aprovados por consenso, nos termos do artigo 15º do Estatuto da AP-CPLP, as seguintes recomendações:

- Recomendação nº1/2016/C1:



- Que as Comissões especializadas realizem pelo menos uma reunião anual dos seus membros, a convocar pela/o Presidente da comissão e a realizar no país da presidência.
- Recomendação nº2/2016/C1:
 - Que todos os parlamentos membros da AP-CPLP contribuam ativamente para o funcionamento da página web da AP-CPLP, através do envio de contributos.
- Recomendação nº3/2016/C1:
 - Que as Missões de Observação Eleitoral da AP-CPLP sejam realizadas em todos os países membros da CPLP e que todos os parlamentos se empenhem em enviar representantes para essas missões.

Foi ainda aprovado o Plano de Atividades para o período 2016/2018, em anexo, e a Constituição das Mesas para o mandato 2016/2018, observando o princípio de rotatividade entre os Parlamentos membros, em anexo.

Comissão 2 – Economia, Ambiente e Cooperação

A Comissão 2 da AP-CPLP foi presidida pela Deputada Lucília Hama, da Assembleia da República de Moçambique que, após os cumprimentos iniciais, abriu o debate. A Senhora Deputada Ângela Guerra sugeriu à mesa a inclusão da questão do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP no Plano de Trabalho e saudou a delegação da Guiné-Bissau pelos avanços efetuados na matéria da Violência Doméstica, indicando que se trata de prática criminalizada pelo Estado português.

Relativamente ao Desenvolvimento Sustentável, deu nota de que se tem assistido a um desenvolvimento notável em Portugal. Em termos práticos Portugal cortou quatrocentos milhões de euros nas rendas excessivas de energia, protegendo os consumidores, triplicando a tarifa social, tentando proteger os mais vulneráveis, aumentado o peso das energias renováveis em 45%, diminuindo a dependência do País relativamente à energia com proveniência do exterior. Foi alterada e elaborada uma reforma no setor das águas que se prendeu com a disponibilização da água em cada casa no País. Foram feitas fusões entre empresas ligadas às águas do interior e do litoral de forma a reduzir custos.

A Deputada Ângela Guerra propôs que, dado que as delegações presentes são membros da ONU, sejam envidados esforços para promover o voto comum nas matérias tratadas na segunda comissão da AP-CPLP, na Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Deputado Luis Testa referiu a importância da Diplomacia Económica, indicando que os Estados membros da CPLP têm um peso significativo no mundo. A título de exemplo mencionou



importância da expressão da língua portuguesa no mundo, recordou o Brasil no MERCOSUL, Portugal na União Europeia, e o facto de os países africanos pertencerem à União Africana. Defendeu que os países da CPLP podem aproveitar melhor a sinergia que a CPLP pode aportar com a presença da língua portuguesa nos fóruns económicos, transformando essa sinergia em capital político e económico.

Comissão 3 – Língua, Educação, Ciência e Cultura

A Comissão 3 da AP-CPLP foi presidida pelo Deputado Carlos Páscoa Gonçalves da Assembleia da República de Portugal que, após os cumprimentos iniciais, abriu o debate lembrando as recomendações da V AP-CPLP, na 3ª Comissão, no sentido de que fosse incluído na ordem de trabalhos o “Programa Pessoa”, cabendo à Assembleia da República de Portugal, na VI AP-CPLP, fundamentar a base do projeto e devendo cada Grupo Nacional articular com os seus Presidentes de Parlamentos, no sentido de consultar os ministérios responsáveis pelo ensino superior em cada País. Referiu ainda que seria de se promover jornadas culturais da CPLP, respeitando o princípio da rotatividade. O reforço, a divulgação e assimilação da língua portuguesa pelo mundo seria uma prioridade, devendo ser institucionalizados os meios de promoção da língua portuguesa nos países membros.

Relativamente ao Programa Pessoa, a Senhora Deputada Elza Pais referiu que tem sido um projeto que tem vindo a ser colocado na agenda da 3ª Comissão, desde a IV AP-CPLP, realizada em Angola, em 2013. É um programa que se reveste de grande relevância, tendo sido indicado em Luanda que fosse constituída uma agenda e se fizessem recomendações concretas a ser levadas às Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Referiu também três agendas:

- uma “Agenda para a Cidadania da CPLP”, tomando como relevantes a mobilidade dos grupos sociais, estudantes, empresários, investigadores, profissionais qualificados, grupos de reconhecido valor estratégico para o progresso de cada um dos Estados membros, no espaço CPLP;
- uma “Agenda Social”, em que a Cimeira Informal de Lisboa fez desde logo alinhar os Direitos das Crianças e os Direitos Primários à Saúde;
- uma “Agenda para a Educação,” onde poderíamos construir um programa de intercâmbio entre universidades, professores e alunos à semelhança do Programa Erasmus da União Europeia.

Para cumprir estas agendas, a Presidência da AP-CPLP foi mandatada para reunir com os Ministros dos Negócios Estrangeiros e com os Ministros das respetivas tutelas para poder concretizar o Programa Pessoa.

Referiu finalmente que os Parlamentos têm de se assumir como lugares de impulso político fundamental e de que a ideia da construção do Programa Pessoa, na linha do Programa Erasmus,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP

foi muito bem acolhido na reunião de Díli, em 2014, pelo que é positiva a inclusão na ordem de trabalhos. Aceitando a proposta da Assembleia Nacional de Angola, segundo a qual a coordenação do programa caberá à ARP, a Deputada agradeceu e indicou que o projeto terá o devido seguimento.

O Presidente da 3ª Comissão, Deputado Carlos Páscoa, referiu que os desenvolvimentos, pouco palpáveis, do Programa Pessoa deveram-se às eleições realizadas e a substituições de Deputados nas Comissões. Referiu que esforços serão envidados para que na próxima Assembleia Parlamentar se possam enviar recomendações ao Executivo para que estude com profundidade esta matéria, assim se passando a discutir resultados em vez de intenções.

O Deputado Carlos Páscoa suscitou um ponto da V AP-CPLP, por sugestão da Deputada Celmira do Sacramento, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, sobre a proposta de institucionalização de um “Dia da Língua Portuguesa”, propondo que este ponto seja levado à próxima AP-CPLP. Após debate e, por proposta da Assembleia da República de Moçambique, Senhora Deputada Francisca Domingas Tomás, decidiu-se, por consenso, consagrar o dia 17 de julho como o “Dia da Língua Portuguesa”.

Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais da AP-CPLP

Na tarde do dia 5, teve lugar a reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais da AP-CPLP que foi presidida pela Deputada Joana Lina Ramos, da Assembleia Nacional de Angola.

O Presidente da Delegação da Assembleia da República à AP-CPLP representou o Parlamento português.

A agenda de trabalho incluiu a apreciação da Agenda e do Programa de Trabalhos da VI Reunião Plenária da AP-CPLP, apresentação do Relatório de Balanço da Presidência no período de 2013/2016, apresentação do Programa da Presidência da AP-CPLP 2016/2018, apreciação da Proposta para a Eleição do Primeiro e Segundo Secretários da Mesa da AP-CPLP, apreciação da Deliberação n.º 1/2016, sobre a Composição das Mesas das Comissões de Trabalho Especializadas da AP-CPLP, informação sobre a Inclusão da bandeira da Guiné Equatorial no Logotipo da AP-CPLP, criação do Grupo de Parlamentares para o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, apreciação do Dossier sobre a Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP.

O Dossier sobre a Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP incluiu os seguintes subitens: Apresentação do Memorando sobre as Implicações Legais resultantes da Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP; Apreciação da Deliberação n.º 2/2016 sobre a Alteração dos Estatutos da AP-CPLP; Apreciação da Deliberação n.º 3/2016 sobre o Projeto do Acordo Sede, entre a República de Angola e a CPLP, sobre o Estabelecimento do Secretariado Permanente da AP-CPLP; Apreciação da Deliberação n.º 4/2016, sobre o Regulamento do Secretariado Permanente da AP-



CPLP; Apreciação da Deliberação n.º 5/2016 sobre os Termos de Referência para o Cargo de Secretário Permanente da AP-CPLP; Informação sobre as condições criadas para o funcionamento do Secretariado Permanente da AP-CPLP, em Luanda, República de Angola.

A Deputada Joana Lina Ramos endereçou os cumprimentos aos presentes e deu nota que o objetivo da reunião era o de preparar a agenda e o programa de trabalhos da VI Reunião Plenária da AP-CPLP.

O Deputado Filipe Bornier, da Câmara dos Deputados do Brasil, destacou o ponto 8 da agenda de trabalhos indicando tratar-se de um ponto positivo, mas ressalvando ser o atual contexto político no Brasil delicado para que a Câmara dos Deputados assumisse qualquer tipo de compromisso sobre a matéria. A situação económica brasileira leva a que o Brasil não possa assumir os custos relativos à instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP, solicitando aos presentes que este ponto fosse levada à próxima reunião Plenária.

O Deputado Levy Nazaré, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, referiu que este assunto já fora excessivamente discutido e manifestou vontade em avançar com este ponto e não de retroceder.

A Deputada Joana Lina Ramos, relativamente a este ponto realçou que tinham sido trocadas informações com a Câmara dos Deputados do Brasil no sentido de explicar o trabalho desenvolvido desde que a Assembleia Nacional de Angola assumiu a Presidência da AP-CPLP. Um dos pontos estabelecidos pelo Parlamento membros em Timor-Leste, em 2014, foi o da eventual criação de um secretariado permanente da Assembleia Parlamentar da AP-CPLP.

A Deputada informou que Angola teria criado as condições específicas para o funcionamento do Secretariado Permanente da AP-CPLP, com instalações e gabinetes de trabalho e observou que todos os Paramentos membros da AP-CPLP estão sujeitos a restrições financeiras, pelo que se sugeria que os funcionários afetos ao Secretariado Permanente fossem de recrutamento local e que, por iniciativa do Presidente do parlamento angolano, os parlamentares de Angola providenciassem o apoio ao secretariado permanente para reduzir os custos.

O Deputado Marco António Costa realçou que a questão levantada pelo Brasil se revestia da maior importância, dado entroncar nas dificuldades financeiras da própria CPLP, recordando por exemplo que, por razões de dificuldades orçamentais, o Secretário Executivo da CPLP não se deslocou a Brasília para estar presente na VI AP-CPLP, como tem sido hábito no passado.

Sublinhou a elevada consideração pelo trabalho realizado pela Assembleia Nacional de Angola durante a sua presidência.

Sobre o estabelecimento de um Secretariado Permanente da AP-CPLP, indicou não dispor de informação sólida, apesar de ter consultado os serviços da Assembleia da República de Portugal e a anterior delegação de Portugal na AP-CPLP. Chamou a atenção para o Comunicado Final da V



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP

(Handwritten mark)

AP-CPLP, Díli, de 11 de abril de 2014, que, no seu ponto 13 refere, “enquanto a Presidência da AP-CPLP cria as condições para a instalação da Sede Fixa, o Secretariado Permanente fica estabelecido em Timor-Leste.” Considerando a informação transmitida pela Presidente do Grupo Nacional de Angola à AP-CPLP, de que todos os Presidentes de Parlamentos membros da AP-CPLP deram o seu assentimento relativamente à criação do Secretariado Permanente da AP-CPLP, solicitou à mesa que lhe fosse facilitado um documento demonstrativo do consentimento da instalação do Secretariado Permanente por parte da delegação da ARP à AP-CPLP.

Lembrou ainda as implicações financeiras que a decisão deste ponto imputa aos Parlamentos membros e referiu que, das conclusões e recomendações da reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais da AP-CPLP, ocorrida em Luanda, 27 e 28 de abril de 2015, resultou que os custos do Secretariado Permanente deveriam ser reavaliados no interesse da contenção de despesa.

Por outro lado, referiu que os documentos distribuídos até ao dia 1 de abril de 2016 indicavam que custos anuais de funcionamento seriam orçados em duzentos mil dólares americanos, repartidos equitativamente entre os Parlamentos membros da AP-CPLP. No entanto, os documentos distribuídos na véspera da realização da VI AP-CPLP, pela organização às delegações participantes indicavam um valor na ordem dos setecentos mil dólares, o que levantou dúvidas.

O Deputado Marco António Costa entendeu, à semelhança do Deputado brasileiro, que o ponto 8 deveria ser retirado da agenda por não haver informação suficientemente sólida, em termos técnicos, por ter custos associados à sua eventual instalação, e por haver disparidade entre os documentos entregues antes do início e no decurso da VI AP-CPLP.

Sublinhou que a ARP não pretende de modo algum criar obstáculos mas que objetivamente há um problema de tempo na execução da proposta pelo que o ponto oito poderá ser discutido no futuro.

O Deputado Carlos Páscoa Gonçalves pediu a palavra e indicou ter participado na Reunião de Presidentes dos Grupos Nacionais da AP-CPLP (à altura nessa qualidade) e Preparatória da VI AP-CPLP, em 27 e 28 de abril de 2015. Sublinhou que, na ocasião, o objetivo da reunião seria discutir, entre outros pontos da agenda, a questão do secretariado permanente com o intuito que esta questão viesse a ser aprovada na VI AP-CPLP, visto que, nos termos estatutários e regimentais os presentes não tinham competência para tomar essa decisão.

A proposta de Angola, de criação de um Secretariado Permanente da AP-CPLP, com sede em Luanda, levantou dúvidas, a vários níveis, económicas, financeiras e instrumentais, nomeadamente às Delegações da Assembleia da República de Portugal e da Câmara dos Deputados do Brasil que, em sede de reunião de Presidentes dos Grupos Nacionais da AP-CPLP, remeteram para a Conferência de Presidentes da AP-CPLP a responsabilidade e decisão ulterior nesta matéria.

Perante esta posição daquelas duas delegações, a Deputada Joana Lina Ramos lembrou que a reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais da AP-CPLP tem como missão a preparação da agenda da Conferência de Presidentes da AP-CPLP.

As delegações presentes, sob proposta portuguesa, manifestaram a necessidade do estabelecimento de um acordo de um Secretariado Permanente, com Sede em Luanda, mas acordaram, que a sua implementação carecia de maior coordenação e discussão pelo que a questão seria transitada à Conferência de Presidentes da AP-CPLP, para a tomada de decisão.

Reunião da Rede de Mulheres Parlamentares da CPLP

A 1ª Reunião da Rede de Mulheres Parlamentares da CPLP teve lugar na tarde do dia 5 de abril e foi presidida pelo Deputada Cândida Maria Celeste da Silva, da Assembleia Nacional de Angola e Presidente cessante da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP. Coube às Deputadas Ângela Guerra (PSD) e Elza Pais (PS) a representação da Assembleia da República.

A ordem de trabalhos incluiu a apreciação de balanço da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP (RMP AP-CPLP) 2013 / 2015, análise da proposta do Plano de Trabalho da RMP AP-CPLP para o período 2016 / 2018, a apresentação de temas por Parlamento, bem como a apreciação do tema “HIV Sida, Malária e Outras Doenças”, pela Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

A Deputada Ângela Guerra apresentou o tema “Políticas de Sustentabilidade Ambiental” e a Deputada Elza Pais discursou sobre “Promoção da igualdade entre o género e a autonomia das mulheres e os mecanismos para superação das desigualdades”.

A Deputada Elza Pais destacou que existem seis planos de ação (alguns em fase de execução avançada): plano para a promoção de igualdade do género e cidadania; plano contra a violência doméstica e violência do género; plano contra o tráfico de seres humanos; programa contra a mutilação genital feminina; plano de ação para a implementação da resolução 1325 das Nações Unidas, sobre mulheres e paz em situação de conflitos armados; plano de ação para o empoderamento da mulher no espaço da CPLP. Indicou que a Assembleia da República monitoriza a ação do Governo, através da fiscalização do Governo pela AR e produz legislação relativa as matérias já mencionadas. Mencionou ainda que foi aprovada em 2006 a Lei da Paridade, que se reveste da obrigatoriedade de todos os partidos integrarem um terço de mulheres nas listas eleitorais, sendo que pela primeira vez em Portugal o plenário se revê com trinta e quatro por cento de mulheres.

A Deputada Elza Pais sublinhou os trabalhos da Subcomissão de Igualdade, na Assembleia da República, nos últimos três anos, que se tem debruçado sobre diversos temas entre os quais: a violência doméstica (que ocupou a maior parte do tempo da Subcomissão); a igualdade de mulheres no mercado de trabalho; saúde sexual e reprodutiva das mulheres; mutilação genital



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP

9

feminina; relações de parentalidade; promoção de seminários relativos a cidadania e igualdade, ministrados em escolas tendo como objetivo passar os valores aos mais jovens; a Convenção de Istanbul; e o quadro da União Europeia, que obriga os Estados membros a avanços legislativos no combate à violência doméstica e do género.

No dia 6 de abril teve lugar a 2ª Sessão da Rede de Mulheres Parlamentares da CPLP, no âmbito da qual assumiu a Presidência da RMP AP-CPLP a Deputada Rosangela Gomes da Câmara dos Deputados do Brasil e foi aprovado o plano de atividades para o período 2016 – 2018.

A Deputada Elza Pais tomou a palavra sobre a promoção da igualdade entre o género, a autonomia das mulheres e os mecanismos para a superação das desigualdades. Ao longo dos últimos anos, os sucessivos Governos têm vindo a promover legislação tendo como base o princípio da igualdade. Destacou também os mecanismos públicos existentes para promover a igualdade, realçando as três comissões com atividade: Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género; Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, que se dedica exclusivamente à discriminação no trabalho entre os géneros; e a Comissão Contra a Discriminação Racial. Referiu o Plano Nacional para a Igualdade do Género e Não discriminação, o Plano de Combate à Violência Doméstica e do Género, o Plano para a Implementação da Resolução 1325 das Nações Unidas, e o Plano Estratégico para a Igualdade do Género e Empoderamento da Mulher no espaço da CPLP.

Realçou também as campanhas elaboradas em Portugal contra a violência doméstica e do género, destacando a violência no namoro, uma vez que esta realidade tem vindo a escalar.

Deu nota das campanhas contra a homofobia, tendo por objetivo a mobilização da sociedade portuguesa para a consciencialização da questão e para a sensibilização e o respeito mútuo.

Referiu-se finalmente à Lei da Paridade que revolucionou a participação da mulher na vida política de Portugal, com reflexo no aumento do número de mulheres na política desde 2006, de 26 para 36 por cento, apontando que a lei está a ser cumprida e ao mesmo tempo é um indicador de que a cultura dos partidos está em fase de alteração, uma vez que as mulheres estão colocadas em lugares elegíveis.

A Senhora Deputada Ângela Guerra debruçou-se sobre o tema das políticas de sustentabilidade ambiental, realçando que no início de 2016 entrou em vigor a Resolução da ONU que definiu os dezassete ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as cento e sessenta e nove metas sobre “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”.

Lembrou que a defesa e sustentabilidade do ambiente partem também da cooperação internacional.

Portugal lançou, neste quadro, o Compromisso para o Crescimento Verde segundo o 5º Relatório Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), uma vez que prevê que no



futuro será dos países mais afetados pela degradação e escassez dos recursos hídricos e perda de biodiversidade.

Esta estratégia permitiu tirar partido das oportunidades económicas no âmbito da economia verde, que em termos globais representava 4 biliões de euros mas também do emprego verde que se revelou importante para ultrapassar a crise.

Portugal implementou um plano estratégico que permitiu ao País liderar o *cluster* da economia verde de forma a proteger o ambiente e criar novas empresas e novos postos de trabalho.

Em tom de remate final, indicou que é fundamental manter um canal de comunicação aberto entre todos, de forma a partilhar as experiências tendo com objetivo a construção de um mundo melhor.

Conferência de Presidentes da Assembleia Parlamentar da AP-CPLP

No dia 06 de abril decorreu a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP na qual participaram os Presidentes de Parlamento, ou os seus representantes.

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP foi presidida pelo Deputado Fernando Piedade Dias dos Santos, da Assembleia Nacional de Angola e Presidente cessante da AP-CPLP. Estiveram ainda presentes nesta reunião, o Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, o Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau, a Presidente do Senado da Guiné-Equatorial, a representante da Presidente da Assembleia da República de Moçambique, o Vice-Presidente da Assembleia da República de Portugal, o Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e o Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste.

A Conferência de Presidentes da CPLP discutiu: a Apreciação da Agenda e do Programa de Trabalhos da VI Reunião Plenária da AP-CPLP; Apresentação do Relatório de Balanço da Presidência no período de 2013/2016; Apresentação do Programa da Presidência da AP-CPLP 2016/2018; Apreciação da Proposta para a Eleição do Primeiro e Segundo Secretários da Mesa da AP-CPLP (Artigo 7º Regimento da AP-CPLP); Apreciação da Deliberação n.º 1 /2016, sobre a composição das Mesas das Comissões de Trabalho Especializadas da AP-CPLP; Inclusão da bandeira da Guiné- Equatorial no Logotipo da AP-CPLP; Criação do Grupo de Parlamentares para o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP; Apreciação e aprovação do Dossiê sobre a Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP; Apresentação do Memorando sobre as Implicações Legais resultantes da Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP; Apreciação da deliberação n.º 1/2016 sobre a Rotatividade das Mesas e Composição das Comissões Especializadas de Trabalho; Apreciação da deliberação n.º



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP

10

2/2016 sobre a Alteração dos Estatutos da AP-CPLP; Apreciação da Deliberação n.º 3/2016 sobre o Projeto do Acordo Sede, entre a República de Angola e a CPLP, sobre o Estabelecimento do Secretariado Permanente da AP-CPLP; Aprovação da Deliberação n.º 4/2016 do Regulamento do Secretariado Permanente da AP-CPLP; Aprovação da Deliberação n.º 5/2016 sobre os Termos de Referência para o Cargo de Secretário Permanente da AP-CPLP; Informações sobre as condições criadas para o funcionamento do Secretariado Permanente da AP-CPLP em Luanda, República de Angola. Apreciação sobre a indicação do país que acolherá a VII Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP (N.º 3 do Artigo 14.º dos Estatutos da AP-CPLP).

O Presidente da Assembleia Nacional de Angola cumprimentou os presentes, agradeceu a forma como foram recebidos e apresentou a agenda de trabalhos.

O Deputado Jorge Lação pediu a palavra, endereçando cumprimentos a todos e em particular ao Presidente angolano e ao Presidente brasileiro, na qualidade de anfitrião. Justificou a ausência do Presidente da Assembleia da República de Portugal, por estar presente na primeira reunião do Conselho de Estado, convocada pelo Presidente da República.

Relativamente à agenda de trabalhos, destacou o ponto 8, lembrando que os Presidentes das Delegações Permanentes já tinham tido a oportunidade de apresentar algumas soluções e considerando existirem aspetos de delicadeza jurídica a ponderar relativamente ao Estatuto da CPLP.

A Deputada Margarida Talapa, da Assembleia da República de Moçambique, ao tomar uso da palavra indicou que o ponto 8 deveria ser discutido no sentido da sua execução. A questão dos valores a contribuir por cada Parlamento poderia ser discutida pelos Presidentes dos Parlamentos chegando-se a um consenso e por sua vez a uma decisão.

O Presidente da Assembleia Nacional da Guiné Bissau indicou que em relação à instalação do Secretariado Permanente, dado ter havido um investimento de tempo, de material e de recursos humanos por Angola, e por já ter sido debatida em anteriores reuniões, a questão deveria ser discutida no sentido da sua execução. Sublinhou, no entanto, quanto à questão financeira que a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau terá muita dificuldade em honrar esse compromisso.

A Senadora Pilar Djangani, na qualidade de Presidente do Senado da Guiné-Equatorial, indicou estar em linha com a proposta de Angola. Para a Senadora equato guineense, em relação à questão financeira, os presentes deveriam conseguir o apoio dos Governos, ao mesmo tempo que deviam ser estudadas maneiras de reduzir o orçamento de forma a permitir que o Secretariado Permanente possa funcionar.



O Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste sobre esta questão lembrou que em Díli, na V AP-CPLP, tomou-se a decisão de criar o Secretariado Permanente, que seria eventualmente em Luanda e que para o efeito foi recolhido o acervo documental que existia em Timor Leste. No entanto, sublinhou haver questões que se ligam com a instalação do Secretariado Permanente em Angola, designadamente aspetos jurídicos e aspetos financeiros. De acordo com a posição timorense, o financiamento deveria ser realizado de forma proporcional e não igual para todos, devido às dimensões económicas e financeira de cada País, lembrando que as quotas para a CPLP têm a ver com a proporcionalidade e a situação de cada um dos países membros.

Relativamente à seleção do Secretário Permanente, que se prevê, no ponto 8, alínea f, através de procedimento concurso internacional, expressou a opinião que devia dar-se oportunidade a todos os Parlamentos da CPLP participarem nessa escolha.

O Presidente José da Graça Diogo, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, revelou estar convencido de que a Conferencia de Presidentes deliberaria e avançaria relativamente a esta da instalação. Relativamente à questão financeira concordou com a posição de Timor Leste que as contribuições fossem em proporção, uma vez que São Tomé é um País pequeno e dificilmente poderá contribuir da mesma forma que outros Parlamentos da CPLP.

O Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Eduardo Cunha, indicou que a posição do Brasil era a de não ter problema quanto à ideia e à implementação futura do Secretariado permanente. Salientou não ter nenhum obstáculo a que a instalação seja efetuada em Angola, pela sua proximidade da maioria dos países pertencentes à CPLP, por ter uma grande população, e por ser um centro mais geográfico que permitiria uma integração. No entanto, afirmou que o ponto levantado pelo Vice-Presidente da Assembleia de Portugal tinha relevância e implicava para o Brasil a necessidade de fazer algumas adaptações nos estatutos, o que requeria ter a condição política para o fazer. Do ponto de vista financeiro teriam de ser elaboradas alterações para que a Câmara dos Deputados do Brasil possa contribuir financeiramente, que têm de ser aprovadas pelo Parlamento brasileiro.

O Deputado Jorge Lacão usou da palavra e referiu que, nos termos dos Estatutos da CPLP, a AP-CPLP, não é uma pessoa jurídica própria. Não tem, portanto, capacidade para estabelecer relações jurídicas, não tem capacidade para estabelecer relações contratuais, não tem capacidade para gerir património, não tem capacidade para ter um orçamento financeiro de fonte autónoma. E essa capacidade não lhe pode ser dada pela revisão do estatuto da própria Assembleia Parlamentar. Esta capacidade carece de lhe ser dada por revisão do estatuto da própria CPLP, que, quando configura os órgãos da CPLP, ao referir a Assembleia



Parlamentar, deve dar-lhe ao mesmo tempo capacidade executiva no domínio da sua própria organização.

Indicou que esta questão deve ser tratada em sede da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que é o órgão máximo da Comunidade e que tem as capacidades formais para tomar uma decisão.

Concluiu afirmando que a resolução do impasse depende apenas da vontade política e que, face às questões suscitadas, a questão financeira deve ser resolvida depois de resolvido o problema político.

A Conferência de Presidentes da AP-CPLP decidiu, por consenso, elaborar a Resolução N.º 1 da VI AP-CPLP, sobre o processo de constituição e concretização do Secretariado Permanente da AP-CPLP, em Luanda. A resolução foi elaborada e redigida pela delegação da Assembleia da República de Portugal, com o objetivo de promover a análise e decisão da Cimeira de Chefes de Estado e Governo quanto à instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP, com sede em Luanda, Angola, conforme proposta da Assembleia Nacional de Angola na VI AP-CPLP.

Sessão Plenária da VI Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Sessão Plenária da VI Reunião da AP-CPLP foi presidida pelo Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP e da Assembleia Nacional de Angola, Fernando Piedade Dias dos Santos, que proferiu o discurso de abertura e indicou a agenda de trabalhos.

- 1. Apreciação da Agenda e do Programa de Trabalhos da VI Reunião Plenária da AP-CPLP;*
- 2. Apresentação do Relatório de Balanço da Presidência no período de 2013/2016;*
- 3. Apresentação do Programa da Presidência da AP-CPLP 2016/2018;*
- 4. Apreciação da Proposta para a Eleição do Primeiro e Segundo Secretários da Mesa da AP-CPLP (Artigo 7º Regimento da AP-CPLP);*
- 5. Apreciação da Deliberação n.º 1 /2016, sobre a composição das Mesas das Comissões de Trabalho Especializadas da AP-CPLP;*
- 6. Inclusão da bandeira da Guiné- Equatorial no Logotipo da AP-CPLP;*
- 7. Criação do Grupo de Parlamentares para o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP;*

8. *Apreciação e aprovação do Dossiê sobre a Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP;*
- a) *Apresentação do Memorando sobre as Implicações Legais resultantes da Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP;*
 - b) *Apreciação da deliberação n.º 1/2016 sobre a Rotatividade das Mesas e Composição das Comissões Especializadas de Trabalho;*
 - c) *Apreciação da deliberação n.º 2/2016 sobre a Alteração dos Estatutos da AP-CPLP;*
 - d) *Apreciação da Deliberação n.º 3/2016 sobre o Projeto do Acordo Sede, entre a República de Angola e a CPLP, sobre o Estabelecimento do Secretariado Permanente da AP-CPLP;*
 - e) *Aprovação da Deliberação n.º 4/2016 do Regulamento do Secretariado Permanente da AP-CPLP;*
 - f) *Aprovação da Deliberação n.º 5/2016 sobre os Termos de Referência para o Cargo de Secretário Permanente da AP-CPLP;*
 - g) *Informações sobre as condições criadas para o funcionamento criadas do Secretariado Permanente da AP-CPLP em Luanda, República de Angola.*
9. *Apreciação sobre a indicação do país que acolherá a VII Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP (N.º 3 do Artigo 14.º dos Estatutos da AP-CPLP).*

O Deputado Marco António Costa, tomando a palavra, sugeriu, na sequência da deliberação tomada em sede de Conferência de Presidentes da AP-CPLP, que o ponto relativo à aprovação do dossiê sobre a instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP fosse substituído por um ponto com a seguinte designação: “Resolução do processo de constituição e concretização para a entrada em funcionamento da Sede e do Secretariado Permanente da AP-CPLP, Luanda”.

Esta proposta de resolução apresentada pela delegação da Assembleia da República veio a ser devidamente apreciada e aprovada na Sessão de Encerramento.

Relativamente ao programa da Presidência do Brasil da AP-CPLP, no período 2016 – 2018, os parlamentares de Angola, Brasil e Portugal sugeriram que os Parlamentos membros pugnassem pelo reforço da Língua Portuguesa como língua de trabalho em fóruns como a União Interparlamentar e a ONU.

Como Primeiro e Segundo Secretários de Mesa foram eleitos os Senhores Deputados Paes Landim, Brasil, e Panzo Joaquim, Angola, respetivamente e conforme o Artigo 7º do Regimento da AP-CPLP.

Em relação a Composição das Mesas de Trabalho Especializadas da AP-CPLP, a Presidência informou que cada parlamento deve indicar os Deputados para acompanhar os trabalhos de cada comissão especializada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP

(P)

Foi tomado em consideração e aprovado o ponto relativo à inclusão da Bandeira da Guiné Equatorial no logotipo da AP-CPLP.

A Deputada Joana Lina Ramos, Presidente do Grupo Nacional da Angola, com a anuência do Presidente da AP-CPLP fez a apresentação do Relatório de Balanço da Assembleia Parlamentar no período 2013 – 2015, dando nota aos presentes de que, desde a criação da AP-CPLP, a organização tem vindo a desenvolver-se de forma progressiva.

O Vice-Presidente da Assembleia da República de Portugal, Deputado Jorge Lacão, anunciou aos membros presentes que a Assembleia da República acolherá a VII AP-CPLP, reafirmou o compromisso em assumir uma “Agenda para a Educação na CPLP”, em especial o “Programa Pessoa”, cujo objetivo é o intercâmbio entre estudantes e professores no espaço CPLP.

Na segunda parte da Sessão Plenária, os Paramentos membros apreciaram e discutiram os seguintes temas: Desafio e Promoção da Saúde Pública no âmbito da CPLP, apresentado pelo Deputado Otávio Leite, da Camara dos Deputados do Brasil; Paz e Desenvolvimento: Consequências da Instabilidade na Guiné-Bissau, apresentado pelo Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá; e A Proteção da Maternidade nas Situações Laborais, apresentado pela Senadora Pilar Djangani, do Senado da Guiné Equatorial.

No dia 07 de abril pela manhã, dando continuidade aos trabalhos, foram apresentados os seguintes temas: Segurança Alimentar e Nutricional, pela Deputada Margarida Talapa da Assembleia da República de Moçambique; e Por uma Maior Projeção Interna e Externa da CPLP, pelo Deputado Jorge Lacão, da Assembleia da República de Portugal, que a seguir se transcreve:

Senhoras e Senhores Deputados,

A todos saúdo, em meu nome pessoal, da delegação portuguesa aqui presente e em nome do Senhor Presidente da Assembleia da República de Portugal, que com todo o gosto represento na condição de Vice-Presidente, uma vez que o Dr. Ferro Rodrigues se viu impedido de participar nesta VI Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP devido à necessidade de participar, em Portugal, na primeira reunião do Conselho de Estado convocada pelo Presidente da República recentemente eleito, Senhor Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

É com particular satisfação que começo por testemunhar a esta Assembleia o espírito de genuína coesão nacional com que a delegação portuguesa assume o seu empenhamento em contribuir para fortalecer os laços que unem as nossas comunidades e países no quadro da CPLP.



Desde o início da formação da CPLP, o Portugal democrático assumiu como seu desígnio permanente contribuir, num plano de igualdade e respeito mútuo, para o fortalecimento dos laços de amizade e identidade entre os povos de expressão portuguesa. É nesse caminho que continuamos. Sabendo que, nos tempos conturbados que vivemos, para além da espuma dos dias, se impõe sempre não perder de vista o essencial. E o essencial, no nosso caso, é a aposta na extraordinária dimensão da CPLP e das suas potencialidades, tanto no plano de uma afirmação internacional político-diplomaticamente concertada como nos terrenos largos da cooperação possível e desejável entre os nossos estados e as nossas sociedades, como ainda, incontornavelmente, na promoção e difusão da Língua Portuguesa, elemento agregador de identidade, de cultura e de potencialidade relacional no mundo.

Neste sentido, desejo saudar os esforços desenvolvidos aos níveis intergovernamentais para a concretização de uma Nova Visão Estratégica da CPLP para o período de 2016-2026, fazendo votos para o seu pleno sucesso.

Importa que para esse sucesso concorra ativamente a Assembleia Parlamentar da CPLP, fazendo ouvir a voz e a sensibilidade dos seus parlamentos nacionais. É nesse sentido que pretendo desenvolver algumas considerações a partir da visão portuguesa.

Em primeiro lugar, e, reportando-me ao pilar da desejável concertação político-diplomática, certamente todos compreenderão que aqui vos dê conta da forte e unitária mobilização portuguesa em torno da candidatura a Secretário-Geral das Nações Unidas do antigo Primeiro-ministro e Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Eng.º António Guterres.

As extraordinárias possibilidades abertas à promoção da língua portuguesa e a garantida sensibilidade para o incremento dos fatores internacionais da Paz e do Desenvolvimento, o lema que aqui nos une, são por demais evidentes para carecerem de ser enfatizados. Além do mais, a personalidade brilhante e o exemplo impoluto ao serviço das causas da paz e dos direitos humanos, por parte do Eng.º António Guterres, falam eloquentemente por si. Razão, pois, para me permitir exortar esta Assembleia para a sensibilização dos nossos Estados em torno desta singular possibilidade de concertação estratégica da CPLP no apoio a uma mesma candidatura.

Foi, aliás, impulsionado por um forte espírito de concertação estratégica, permitam-me lembrá-lo aqui, que as até agora duas presidências portuguesas da União Europeia lograram lançar, no seu devido tempo, as cimeiras UE com África e com o Brasil, fazendo prova do que valem, conjugados, e com escala global, as nossas potencialidades diplomáticas.

Quero, igualmente, referir-me aos desafios da cooperação.

Em primeiro lugar para sublinhar o nosso suporte ao alargamento da cooperação a novos domínios, nos planos económicos, empresarial, energético, dos oceanos e das plataformas continentais. Mas também nas áreas da saúde pública, da educação, da justiça, do turismo ou da agricultura. É preciso rasgar os horizontes do futuro se queremos que a CPLP seja uma comunidade pujante de potencialidade económica e de desenvolvimento.

Em segundo lugar, importa reforçar os fatores da mobilidade e da circulação num quadro vasto de aprofundamento da cidadania CPLP. Neste capítulo, não é novidade para ninguém o quanto Portugal aposta na possibilidade de criação de uma "Carta do Cidadão Lusófono",



K

juridicamente configurada para permitir o aprofundamento e a consolidação de direitos de cidadania no espaço CPLP. De entre eles, destaco a importância da liberdade de circulação e de fixação de residência, o reconhecimento mútuo das qualificações académicas e profissionais, a proteção de direitos de participação política e a portabilidade dos direitos sociais, constituindo um extraordinário passo em frente a possibilidade de se vir a aprovar uma Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP.

Tal como se pode ler já no comunicado final da IV AP, a ambição é – e continua a ser – a de “construir uma agenda de programas concretos a ser levada às Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, nomeadamente uma agenda para a cidadania, uma agenda social, uma agenda para a educação e uma agenda para o investimento”.

Sonhar demasiado alto?

Como disse um dia o poeta Fernando Pessoa, “Deus quer, o Homem sonha e a obra nasce”. Assim a desejemos nós.

Oportunidade, pois, para lembrar a iniciativa tomada na IV Assembleia Plenária, pela antiga Presidente da AR de Portugal, Assunção Esteves, no sentido da criação, no espaço CPLP, de um Programa de Mobilidade de Estudantes do Ensino Superior e Profissional. Iniciativa entretanto retomada na V AP e que aqui quero voltar a sublinhar para que de novo a possamos recomendar para inclusão na Agenda Global da Educação – Plano Estratégico de Cooperação Multilateral, na convicção de que o lançamento de um “Erasmus”, à escala da CPLP, contribuiria decisivamente para aproximar as novas gerações de quadros qualificados num espírito partilhado de solidariedade e progresso.

Além dos domínios próprios da concertação político-diplomática e da cooperação, como não poderia deixar de ser, o objetivo da promoção e difusão da Língua Portuguesa avulta decisivamente na estratégia de internacionalização, particularmente nos domínios da harmonização técnica e científica, da aproximação às diásporas dos Estados membros e de reestruturação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Mas creio que temos de ser mais proactivos. Nomeadamente na defesa da utilização da língua portuguesa nos fora internacionais onde se joga a afirmação dos nossos países.

A este propósito, aconteceu-me participar na sessão plenária da União Interparlamentar (UIP), ocorrida recentemente em Lusaca. Aí as nossas delegações parlamentares lograram, embora com deficiências de sustentabilidade financeira, garantir a utilização do português e a sua tradução nas sessões plenárias, envolvendo 170 Países. Mas só parcialmente, deixando ainda de fora o trabalho nas comissões permanentes. E aí está um exemplo, entre outros possíveis, da importância de nos mobilizarmos para garantir internacionalmente a plena utilização da nossa língua comum como condição de afirmação da pujança de participação internacional das delegações dos nossos Estados. A começar, precisamente, nos sistemas das Nações Unidas e da UIP, prioridades para a convergência dos nossos esforços.

Ainda neste capítulo gostaria de referir outra e complementar dimensão do sonho – que todavia já chegou a ser a florada entre governos – a de um dia podermos partilhar uma canal comum internacional de televisão, com produção integrada das comunidades CPLP nomeadamente ao nível dos conteúdos audiovisuais, da ficção, do documentário e da



animação. Num tal dia, a CPLP poderia afirmar, à escala global, a verdadeira dimensão de uma comunidade unida, na sua diversidade, por fortes e indestrutíveis laços de identidade cultural e poderia projetar, com êxito redobrado, a sua influência no mundo. Além de que se abriria a um vasto e partilhável campo para a indústria do audiovisual e para a projeção e valorização do empreendedorismo e da cidadania CPLP. Se a AP lograr ver nesta dimensão uma oportunidade de afirmação, muito interessante seria que tal referência passasse a constar das declarações finais.

Senhoras e Senhores Deputados,

Sabemos que estão em curso diligências com vista a uma possível revisão dos Estatutos da CPLP. Qualquer que seja o resultado final desse processo é importante garantir que o papel da Assembleia Parlamentar não seja desvalorizado pois é dela que diretamente emana o respirar dos nossos povos. É por ela que pode passar a afirmação de uma diversidade saudável e própria da vida democrática, é através dela que melhor se poderá exprimir a liberdade de opinião e a defesa, em qualquer parte, dos valores fundamentais da democracia e dos direitos humanos, tal como o respeito pelo direito à diferença, à alternância democrática e à tolerância pelo pluralismo político-partidário como condição fundamental de paz e de desenvolvimento. É, pois, na afirmação destes princípios e valores, em que profundamente acreditamos, que nesta ocasião queremos reafirmar a importância das Assembleias Parlamentares da CPLP e do seu contributo para o aprofundamento participado da Nova Visão Estratégica da CPLP. Fazendo votos para que a próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo leve devidamente em conta as nossas vozes. E terminando por desejar a todos nós um frutuoso trabalho, para engrandecimento do presente e do futuro da CPLP.

A seguir o Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe apresentou o tema: Flexibilidade Necessária à Livre Circulação de Pessoas na CPLP. O tema: Uma Visão da CPLP foi exposto pelo Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Vicente da Silva Guterres, e, por último, a Deputada Joana Lina Ramos, Angola, expôs o tema sobre a Diversificação da Economia de Angola.

Sessão de Encerramento da VI AP-CPLP

Dando seguimento ao Programa, a meio da manhã, do dia 7, teve lugar a Sessão de Encerramento da VI AP-CPLP. Foi aprovada por consenso a Resolução n.º1/2016, sobre o processo de constituição e concretização do Secretariado Permanente da AP-CPLP, em Luanda, Angola, bem como as seguintes Deliberações: N.º 1/2016, sobre a composição das Mesas das Comissões Especializadas; N.º 2/2016, sobre as reuniões periódicas das Comissões Especializadas; N.º 3/2016, sobre o aperfeiçoamento da página web da AP-CPLP; e N.º 4 /2016, sobre a participação dos parlamentares nas Missões de Observação Eleitoral.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP

Foram também aprovadas as seguintes Moções: de Solidariedade ao Povo da Guiné Bissau, de Apoio à Candidatura do Senhor Eng.º António Guterres para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, e De Apoio ao povo timorense nas negociações relativas às fronteiras marítimas da República Democrática de Timor Leste com a Austrália.

A Sessão de Encerramento contou com as intervenções dos Presidentes da Assembleia Nacional de Angola, Fernando Piedade dos Santos, e do Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Eduardo Cunha, Presidente da Assembleia Parlamentar da AP-CPLP, a que seguiu a assinatura do Comunicado Final pelos representantes das Delegações parlamentares permanentes à AP-CPLP (anexo).

Palácio de São Bento, 29 de julho de 2016.

O Assessor da Delegação da AR à AP-CPLP, Rodrigo Knopfli.

Anexos:

- I. Programa;
- II. Atas das Comissões 1, 2 e 3;
- III. Comunicado Final da VI Reunião da AP-CPLP;
- IV. Resolução N.º1/2016 da AP-CPLP;
- V. Deliberação N.º 1/2016;
- VI. Deliberação N.º 2/2016;
- VII. Deliberação N.º 3/2016;
- VIII. Deliberação N.º 4/2016;
- IX. Intervenções.¹

¹ O referido anexo encontra-se disponível para consulta nos serviços da Assembleia da República, GARIP, Divisão de Relações Internacionais